

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 311 - Brasília, sexta-feira, 13 de setembro de 1996



Em um dia de muitas votações, o Senado também autorizou a reestruturação da dívida externa brasileira, mas exigiu prestação de contas

Senado aprova e produto para exportação fica isento de ICMS

Na sanção, que Fogaça prevê para ainda hoje, FHC deverá excluir artigos que prejudicam estados pobres. Elcio diz que nova legislação será anunciada em cadeia de rádio e TV

Mudança na educação é promulgada

As Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados promulgaram em sessão solene, ontem à noite, a emenda constitucional que cria novos mecanismos de financiamento do ensino fundamental. A primeira consequência das novas regras será a elevação dos salários dos professores.

Página 5

Portadores de Aids poderão ter medicamentos gratuitos

O plenário do Senado aprovou na manhã de ontem, em regime de urgência, projeto do senador José Sarney (PMDB-AP) estabelecendo que os portadores do HIV e os doentes de Aids receberão, gratuitamente, do Sistema Único de Saúde (SUS), toda a medicação necessária a seu tratamento.

Por sugestão do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o presidente da sessão, senador Júlio Campos (PFL-MT), comprometeu-se a solicitar ao presidente da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães (PFL-

BA), prioridade absoluta para o projeto, a fim de que este seja votado ainda antes das eleições.

As despesas decorrentes da implementação da lei, segundo o projeto, correrão à conta de dotação orçamentária própria do Ministério da Saúde e das resultantes da arrecadação da CPMF.

No parecer sobre a matéria, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que são indiscutíveis a relevância e a necessidade do projeto. Discutiram também a matéria os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Romeu Tuma (PSL-SP).

Depois de amplas negociações entre as lideranças governistas e o ministro do Planejamento, Antonio Kandir, o plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei complementar que isenta do ICMS as exportações de produtos primários e semi-elaborados.

O relator do projeto, senador José Fogaça, informou ao plenário que o presidente Fernando Henrique Cardoso comprometeu-se a sancionar a nova lei ainda hoje, vetando os artigos que impedem os estados pobres de conceder incentivos fiscais para atração de indústrias.

Foram também aprovados sete projetos de resolução, entre eles o que permite a reestruturação da dívida externa. Páginas 3 e 5

Senadores criticam exploração do sexo e jocosidade na TV

Página 7

Senado aprova o uso de fax em petições à Justiça

Plenário da Casa acata também projeto de Roberto Requião que reduz o "trânsito burocrático" de verbas para a educação com a liberação mais rápida do dinheiro

Licitação com a Vale preocupa José Ignácio

O senador José Ignácio (PSDB-ES) informou ontem ter levado ao ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, sua insatisfação quanto ao fato de que a Companhia Vale do Rio Doce decidiu participar de licitações para ter acesso ao Porto de Riacho. Segundo observou, o porto integra o complexo portuário do Espírito Santo, responsável por 25% de toda a importação e exportação do Brasil. "Trata-se de fato da maior gravidade e que provoca enorme estranheza", disse o senador.

O parlamentar afirmou rejeitar que, faltando cerca de seis meses para ser privatizada, a Vale do Rio Doce assumira o controle desse porto e o conceda, no momento em que foi desestatizada, a um megainvestidor, o que, na sua opinião, vai inteiramente contra a política econômica do governo. O senador entende que os sete grandes portos que integram o complexo portuário de seu estado devem ser privatizados entre o maior número possível de concessionários, exatamente para evitar novos monopólios.



Roberto Requião



Marina Silva

Arruda pede rapidez para Código de Trânsito

O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), pediu ontem que a Câmara dos Deputados vote com rapidez o novo Código de Trânsito Brasileiro, que "será da máxima importância para reduzir a violência no trânsito nas cidades e nas estradas do País". Arruda citou manchetes do *Correio Braziliense*, que deflagrou há mais de um mês uma campanha destinada a reduzir o número de acidentes em Brasília. A campanha será encerrada na tarde deste domingo (dia 15) com uma grande passeata pela cidade. Arruda informou que participou da passeata.

A campanha do jornal, na opinião do senador, "foi motivada por números estarecedores". Só nos primeiros seis meses deste ano 430 pessoas



José Roberto Arruda

morreram em acidentes de trânsito no Distrito Federal. Foram 20.638 acidentes, dos quais 2.951 com ferimentos de motoristas, passageiros e pedestres.

O senador Valmir Campello (PTB-DF), na presidência dos trabalhos do plenário, também cumprimentou o *Correio Braziliense* por sua campanha em favor da paz no trânsito da cidade.

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei que muda o Código de Processo Civil, permitindo o uso do fax para que partes interessadas apresentem petições a um juiz, desde que em cinco dias os documentos originais sejam anexados ao processo. O relator do projeto, Josaphat Marinho (PFL-BA), afirmou que o uso da nova tecnologia tornará os processos mais ágeis. A proposta ainda será submetida aos senadores em turno suplementar, seguindo depois para nova votação na Câmara.

Também foi aprovado projeto de Roberto Requião (PMDB-PR) que reduz o "trânsito burocrático" de verbas para a educação, fazendo com que o dinheiro chegue com rapidez às escolas. A proposta, que ainda deve ser votada pelos deputados, determina que a União terá de transferir os recursos do salário-educação diretamente para a conta específica das secretarias de Educação dos estados. Requião argumenta que há excesso de burocracia entre a safra do dinheiro da empresa até sua chegada à escola.

Foi aprovado ainda projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que institui o Dia Nacional dos Povos da Floresta, comemorado a cada 22 de dezembro. Projeto de resolução aprovado instituiu duas coleções, a serem editadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas - uma sobre história constitucional do Brasil e outra sobre grandes vultos do Senado.

Agenda do Dia

PLENÁRIO
9h - Sessão não deliberativa do Senado
Previsão de atividades
PLENÁRIO
Segunda-feira (16.09.96)
14h30 - Sessão não deliberativa do Senado
COMISSÕES
Segunda-feira (16.09.96)

14h - Comissão Mista de Orçamento
Pauta: Reunião regional em Manaus - AM.
Terça-feira (17.09.96)
8h - Comissão Mista de Orçamento
Pauta: Reunião regional em Cuiabá - MT.
Quarta-feira (18.09.96)
8h - Comissão Mista de Orçamento
Pauta: Reunião regional em São Luís - MA.

Produto para exportação fica livre de ICMS

Acordo político obriga presidente da República a vetar artigos que impedem estados pobres de conceder incentivos para atração de indústrias, afirma relator

O plenário do Senado aprovou no início da tarde de ontem, por 50 votos favoráveis e seis contra, depois de ampla negociação entre as lideranças governistas e o ministro do Planejamento, Antonio Kandir, o projeto de lei complementar que desonera do ICMS as exportações de produtos primários e semi-elaborados. O projeto, que já havia sido aprovado pelo plenário da Câmara dos Deputados, seguirá agora à sanção presidencial.

Segundo o relator da proposta, senador José Fogaça (PMDB-RS), o acordo político obriga o presidente da República a vetar os artigos que impedem os estados pobres de



José Fogaça

conceder incentivos fiscais para atração de indústrias. Além de rejeitar as emendas anteriormente apresentadas, num total de 21, Fogaça também se posicionou contra as emendas novas de plenário.

Conforme o projeto, o imposto não incide sobre opera-

ções e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados ou serviços; operações estaduais relativas a energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando destinados à industrialização ou à comercialização.

O ICMS não incidirá, ainda, sobre operações com ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial; operações relativas a mercadorias que tenham sido ou que se destinem a ser utilizadas na prestação, pelo próprio autor da saída, de serviço de qualquer natureza de-

finido em lei complementar como sujeito ao imposto sobre serviços, de competência dos municípios.

José Fogaça argumentou em seu relatório que a proposição se converterá na mais relevante norma tributária infraconstitucional editada nos últimos 30 anos, desde a promulgação do Código Tributário Nacional de 1966, "hája vista que regulará o tributo que sustenta todos os estados e boa parte dos municípios brasileiros". No seu entendimento, a alteração traz o País ao nível das demais nações, "todas já convencidas de que não se exportam tributos, pois ninguém tem interesse de importá-los".

Sarney defende agilidade com emenda supressiva

O presidente do Senado, José Sarney, reafirmou sua convicção de que a aprovação de emendas supressivas a projetos originários da Câmara dos Deputados - como no caso do projeto que desonera do ICMS as exportações de produtos semi-elaborados - não obrigaria o seu retorno à Casa de origem. Ele explicou que esse entendimento facilitaria a tramitação de muitas matérias e que também seria aplicado na Câmara, quando funcionasse como revisora de projeto originário do Senado.

Indagado do porquê de esse projeto passar pelo Congresso em menos de 30 dias, enquanto diversas medidas provisórias aguardam apreciação há muito tempo, Sarney explicou que o atraso das votações é uma ação política - as lideranças partidárias decidem não dar *quorum* para a apreciação destas matérias -, não um problema administrativo. Ele destacou não haver qualquer projeto parado na Mesa do Senado.

Medida combate déficit comercial

Ao afirmar que a moderna economia, cada vez mais globalizada, não se compadece com países que adotam procedimentos próprios da era colonialista, em que a tributação do comércio exterior era um dos principais meios de sufrágio das arcas do tesouro, o senador José Fogaça salientou que a competitividade é a tônica do mercado internacional e será mais competitivo aquele que, sem ferir as regras re-

ferentes ao *dumping*, conseguir oferecer os seus produtos ao menor preço e com a melhor qualidade.

Disse o senador gaúcho que o Brasil vem experimentando, nos últimos meses, seguidos déficits em sua balança comercial e urge, acentuou, que sejam tomadas providências desse quilate para a consecução do reequilíbrio, sendo do interesse nacional ver estancada a evasão de divisas, "razão por

que devemos todos, União, estados e municípios, juntar esforços no sentido de aumentar nossas exportações, reduzindo o chamado *custo Brasil*".

Outra inovação de grande porte contida na proposição, destacou Fogaça, é a instituição do direito de os contribuintes se creditarem do ICMS contido no preço dos bens destinados ao ativo permanente ou ao uso ou consumo do estabelecimento.

Sanção está prevista para hoje

O senador José Fogaça, relator do projeto do ICMS, informou ontem ao plenário que o presidente Fernando Henrique comprometeu-se a sancionar a nova lei ainda nesta sexta-feira, vetando, conforme entendimento político, os dispositivos sobre concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais e sobre o Confaz, além da norma que trata da atribuição de valor adicionado aos municípios nos casos de usi-

nas hidrelétricas.

O líder do governo, senador Elcio Alvares (PFL-ES), disse que o governo assumia por inteiro as palavras do relator e anunciou que a sanção da lei ocorrerá em solenidade marcada para as 11h e que o presidente da República poderá ocupar cadeia de rádio e televisão para falar sobre a nova legislação.

Os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), Jefferson Peres (PSDB-AM) e Humberto

Lucena (PMDB-PB) fizeram indagações ao relator sobre o parecer. Na fase de discussão, a proposição foi encaminhada favoravelmente por Edison Lobão (PFL-MA), Geraldo Melo (PSDB-RN) e Ramez Tebet (PMDB-MS), e contrariamente por José Eduardo Dutra (PT-SE), Eptácio Cafeteira (PPB-MA) e Pedro Simon (PMDB-RS). O projeto foi defendido ainda por José Serra (PSDB-SP).

Senado fará homenagem a Geisel em sessão especial

José Sarney lembra que o ex-presidente abriu caminho contra a tortura e participou do processo de redemocratização do País

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que a Casa prestará todas as homenagens devidas ao ex-presidente da República Ernesto Geisel, por sua integridade pessoal e moral e pela posição que ocupou na História do País. Sarney afirmou que foi com profundo pesar que o Senado recebeu a notícia da morte de Geisel, dada em plenário pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS).

- O presidente Geisel morre com grande respeito nacional. Ele foi um grande homem de Estado e teve importância decisiva na História do Brasil - disse Sarney. - Geisel abriu caminho contra a tortura e participou do processo de redemocratização do



Edison Lobão

País. Ele tinha elevado espírito público e era um grande patriota. Uma de suas marcas tradicionais era, sem dúvida, o seu profundo sentimento nacionalista.

O plenário aprovou requerimento do senador Edison Lobão (PFL-MA) para que o Senado realize uma sessão de homenagem ao ex-presidente, em data ainda a ser definida.

José Sarney lembrou que, recentemente, esteve com o ex-presidente. Informou que, durante a conversa que tiveram, Ernesto Geisel estava bem lúcido, acompanhando tudo o que ocorria no País. Segundo Sarney, Geisel demonstrou sua preocupação com o processo brasileiro de privatização, sobretudo no que se refere à possibilidade de transferência da Petrobrás para o setor privado.

Uma comissão de senadores acompanhará o presidente do Senado ao sepultamento do ex-presidente Ernesto Geisel, marcado para as 11 horas de hoje, no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro.

Tebet exalta realizações do ex-presidente no MS

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse ontem que, com a morte do ex-presidente Ernesto Geisel, o Brasil perdeu um grande vulto. O senador afirmou que foi durante o governo Geisel que ocorreu a criação do estado de Mato Grosso do Sul.

Ramez Tebet destacou que coube ao então presi-



Ramez Tebet

dente Geisel a criação de dois programas fundamentais para o desenvolvimento daquele estado: o Programa de Desenvolvimento de Dourados e o Polo-centro, que, segundo o senador, trouxe a redefinição para o cerrado mato-grossense, transformando suas terras em áreas agrícolas.

Josaphat registra que bandeiras não se encontravam a meio-pau

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) levantou dúvidas ontem sobre a forma como as bandeiras estavam hasteadas, à tarde, em frente do Palácio do Planalto e do Congresso. "Elas não estão

a meio-pau. Não me cabe a iniciativa de nenhuma homenagem ao ex-presidente Ernesto Geisel, adversário que fui do regime militar. Apenas quero registrar que elas não estão a meio-pau."

Nova exigência para a criação de municípios

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado promulgaram no início da noite de ontem a emenda constitucional que altera o artigo 18, parágrafo 4º, da Constituição Federal para exigir que a criação, incorporação, fusão ou desmembramento de municípios sejam feitos dentro de período determinado por lei complementar federal.

Hoje a Constituição dispõe que essas iniciativas se farão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar também estadual. Com a mudança, a criação, incorporação, fusão ou desmembramento de municípios continuam sujeitos a lei estadual, mas dentro de período determinado por lei complementar federal.

Essas iniciativas municipais continuarão dependendo de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações das cidades envolvidas.



Pedro Simon

Documentos de CPI preocupam Pedro Simon

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse ontem que encaminhou requerimento à Mesa do Senado, solicitando providências para que sejam preservados os documentos da CPI do Orçamento, que provocou a cassação de seis deputados, e da CPI do PC, que culminou com o impeachment do ex-presidente Fernando Collor.

O senador destacou matéria do jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, sob o título "Memória do Brasil pode parar no lixo", na qual o jornal denuncia que todo o material da CPI do Orçamento está jogado em três montes de caixas e pacotes distribuídos entre as mesas de funcionários do Senado.

Segundo Simon, documentos sigilosos, como extratos bancários de mais de 50 autoridades investigadas, podem ser violados porque foram acondicionados em pacotes que começam a se romper. O senador disse, ainda, que, segundo apurou o jornal, uma caixa com os documentos da CPI do PC também está abandonada.

Promulgada emenda que valoriza ensino fundamental

"Estamos assegurando um novo Brasil para os nossos filhos", diz Teotonio. Para o relator Lúcio Alcântara, trata-se da primeira grande mudança proposta pelo governo na área social

Em sessão solene do Congresso Nacional, as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgaram, no início da noite de ontem, a emenda constitucional que cria novos mecanismos



Teotonio

de financiamento do ensino fundamental, alterando a destinação de recursos ao setor por parte da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Caso seja regulamentada até dezembro, a emenda provocará uma elevação significativa nos salários dos professores de primeiro grau no próximo ano.

Segundo o ministro da Educação, Paulo Renato, presente à solenidade, nos estados mais ricos isso significará um aumento de 25% a 30% nos salários dos magistério. Nas regiões mais pobres, representará a multiplicação em até qua-

tro vezes dos salários dos professores. Ele estima que, com essa emenda constitucional, a União repassará em torno de R\$ 800 milhões, do Orçamento de 97, para o ensino fundamental, sendo previsível também que o menor salário de um professor no País não seja inferior a R\$ 300,00.

- Isso é uma revolução tanto para Arapiraca, em Alagoas, como para São Paulo ou Rio de Janeiro. Com a promulgação dessa emenda estamos assegurando um novo Brasil para os nossos filhos - celebrou o senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL), ao final da sessão.

Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que, no conjunto da reforma constitucional promovida pelo presidente Fernando Hen-



Ao lado de Luís Eduardo, Calheiros assina promulgação da emenda

rique Cardoso, esta é a primeira emenda de interesse social, visto que todas as outras se restringiram à área econômica. "Essa emenda inicia uma nova era na educação brasileira, porque vai estabelecer novos caminhos para o ensino", comemorou Lúcio Alcântara, elogiando o fato de que um dos pilares dessa mudança consti-

tucional é a equalização das oportunidades educacionais.

Compuseram a Mesa dos trabalhos, além do ministro Paulo Renato, o senador Renan Calheiros (PSDB-AL), na presidência, o presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães, e os senadores Emília Fernandes (PTB-RS) e Teotonio Vilela Filho.

Senado autoriza reestruturação da dívida externa, mas exige prestação de contas

Em regime de urgência, o plenário aprovou sete projetos de resolução, entre eles o relativo a mensagem do presidente da República solicitando autorização para que a União realize operações de recompra e de reestruturação dos títulos da dívida externa brasileira.

A autorização permite que esse procedimento seja feito mediante a aquisição dos títulos com deságio no mercado secundário, com a emissão de novos títulos para substituir os antigos. A operação visa, segundo a mensagem do Executivo, reduzir o estoque ou os encargos da dívida e alongar os prazos do endividamento externo.

Conforme o projeto de resolução, elaborado pelo relator, senador Roberto Requião (PMDB-PR), o Banco Central deverá prestar contas das operações ao Senado, enviando relatórios sobre cada uma delas.

Foram aprovadas ainda autorizações para contratação de empréstimos pelo estado de Sergipe no valor de R\$ 5,3 milhões. Para o município de Novo Barreiro (RS), foi autorizada contratação de crédito no valor de R\$ 162 mil. Para o estado de Minas Gerais, os senadores autorizaram a contratação de R\$ 3,6 milhões, a serem aplicados na conclusão da ponte sobre o rio São Francisco, na

BR-135. O município de Fontoura Xavier (RS) foi contemplado com autorização para contratar empréstimo de R\$ 1,7 milhão.

O plenário aprovou também a revogação da lei que cria o Adicional de Tarifa Portuária (ATP). A matéria recebeu parecer favorável do relator, senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Foram aprovados também o Acordo de Livre Comércio Mercosul-Chile, firmado por ocasião do Conselho Mercosul, em San Luís, Argentina. O nome do tenente-brigadeiro-do-ar Sérgio Xavier Ferolla foi aprovado para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar.

União poderá intervir para garantir regra

Aprovada em segundo turno pelo Senado no início da tarde de ontem, emenda dispondo que a União aplicará, na erradicação do analfabetismo e na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, nunca menos que o equivalente a 30% dos recursos destinados à educação. Os Estados, o Distrito Federal e os municípios aplicarão com a mesma finalidade não menos de 60% dos recursos que destinam à educação.

A União poderá intervir nos estados e no Distrito Federal para assegurar a aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, incluindo-se aí a proveniente de transferências, no desenvolvimento do ensino.

Turbinas comprometem energia em Rondônia

Senador Odacir Soares pede providências do Ministério de Minas e Energia para retirar estado da situação de risco no próximo ano, prevista em relatório da Eletronorte

Freitas interroga ministro sobre estradas no Piauí



Freitas Neto

O senador Freitas Neto (PFL-PI) informou ontem, em plenário, que enviou expediente ao ministro dos Transportes, Alcídes Saldanha, interrogando quais rodovias federais serão recuperadas nos próximos dois anos, como anunciou recentemente o presidente da República.

- Pela proposta do Presidente, serão recuperados 13 mil quilômetros de rodovias federais. Quero saber se constam do programa rodovias do Piauí, que nunca estiveram tão ruins quanto agora - disse o senador.

Freitas Neto lembrou que o Piauí foi preterido no programa "Brasil em Ação" divulgado pela Presidência da República com as 42 obras prioritárias do governo Fernando Henrique Cardoso.

Paraíba é prudente com os sem-terra, aprova Suassuna

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse ontem que o governador da Paraíba, José Maranhão (PMDB), tem buscado administrar "com toda prudência" o problema das invasões dos trabalhadores rurais sem-terra naquele estado.

Suassuna informou que o governo está buscando junto ao Incra uma solução para o problema, com o objetivo de evitar a repetição de tumultos como os que aconteceram na quarta-feira (dia 11) na capital do estado, em frente ao palácio do governo, envolvendo um grupo de sem-terra que há 60 dias acampou no local.

O senador Odacir Soares reiterou, em discurso, apelo que fez pessoalmente ao ministro Raimundo Brito, de Minas e Energia, no sentido de que sejam tomadas providências para recuperar o atraso no cronograma de instalação de duas turbinas de 40 megawatts na Usina Termoeletrica do Rio Madeira, em Rondônia.

Segundo o senador, a medida é imprescindível para se evitar uma situação de risco prevista para 1997 em Rondônia, conforme avaliação da Eletronorte, no estudo denominado *Suprimento de Energia Elétrica para o Sistema de Rondônia - 1996/7*.

Odacir Soares explicou que a crescente demanda de energia elétrica em Rondônia - provocada por intensos movimen-



Odacir Soares

tos migratórios resultantes de iniciativas governamentais ligadas a programas de colonização - nunca foi suficientemente atendida, por falta de investimentos. O fato, conforme disse, tem causado, por anos a fio, o constante racionamento da eletricidade, com danos e riscos de múltipla natureza para a população e para a economia do estado.

- A médio prazo, estudos sobre a viabilidade econômica da exploração do gás de Urucu na geração de energia, agora reforçados pela decisão governamental de aplicar nesse projeto a soma de R\$ 1,6 milhão, deixam-nos entrever um horizonte próximo de pleno desafogo - afirmou o senador, para quem, entretanto, resta resolver o problema de curtíssimo prazo.

Jonas presta homenagem a veterinários

"O médico veterinário estabelece um importante ponto de encontro com a saúde, através da prevenção e do combate das zoonoses e do zelo pela qualidade dos produtos de origem animal destinados à população", disse ontem o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) ao parabenizar a classe pelo seu dia, comemorado na última segunda-feira, dia 9. O senador lembrou que o Brasil possui um "extraordinário" potencial de recursos animais, o que contribui para o aumento dos profissionais nesta área.

- Os números mostram a grande importância do médico veterinário e as amplas possibilidades de trabalho que têm em nosso País, dentro das mais de 50 especialidades que está apto a exercer - disse Jonas Pinheiro. - Esse profissional, ao assistir os animais desde a sua criação e preparo nos campos, até sua produção nas granjas e estábulos ou sua industrialização em fábricas e em outros estabelecimentos congêneres, é, sem dúvida, um importante guardião da saúde do homem contra as doenças - afirmou.



Jonas

Acordo com Venezuela traz benefícios a Roraima

O senador Romero Jucá (PFL-RR) comunicou ontem ao plenário que manteve encontro com o ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, no qual foi discutido o tratado energético Brasil-Venezuela. O acordo prevê a construção de uma linha de transmissão de energia entre a cidade venezuelana de El Callao e Boa Vista, em Roraima. Segundo ele, a Edelca, empresa elétrica da Venezuela, e a CER, Centrais Elétricas de Roraima, estão estudando os termos para a viabilização do empreendimento.

- No aspecto de atendimento em território venezuelano, hoje, a Edelca possui uma linha de trans-



Romero Jucá

missão operando em 115 KV de Porto Ordaz até El Callao e de El Callao chegando a El Dorado em 34,5 KV. A parte brasileira se divide no comprimento de 240 quilômetros, de Santa Helena até Boa Vista - explicou o senador Romero Jucá.

**ATENÇÃO, JORNALISTAS
FUNCIONÁRIOS DO QUADRO
DO SENADO FEDERAL**

Se você é diplomado em jornalismo e, embora sem prática, deseja viver de perto todo um trabalho de cobertura jornalística, venha fazer um estágio num dos nossos veículos: *Jornal do Senado*, *TV Senado*, *Rádios Senado*, *Agência de Notícias Senado* e *Voz do Brasil*. Procure-nos pelos ramais 3330 e 4566.

Senadores condenam apelações e exploração do sexo na TV

Lúcio Alcântara lamenta busca de audiência "com o insólito, o apelativo, o jocoso e o chocante" em horários infantis

Ao comentar a polêmica criada nos últimos dias pelo programa *Domingão do Faustão*, por uma entrevista feita de forma considerada jocosa com um garoto de menos de um metro de altura, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) advertiu ontem que alguns programas de televisão "estão entrando numa liberalidade perigosa".

Para o senador, na busca desenfreada de audiência alguns programas vêm exagerando "com o insólito, o apelativo, o jocoso e o chocante" em horários destinados a crianças. Lembrou que cenas de sexo em horários diurnos já estão se tornando banais.

- Não sou movido pela censura moral, mas temos que reconhecer que há um absoluto descontrole. O que devemos fazer? Será que a auto-regulamentação das emissoras de te-



Lúcio Alcântara

levisão é o caminho correto? Se a imprensa escrita questiona tudo isso é porque está incomodando a sociedade - disse.

O senador leu trechos de reportagens publicadas nos últimos dias pelo *Jornal do Brasil*, *Jornal da Tarde* e *Correio Braziliense* sobre a busca da audiência a qualquer preço pelas emissoras de TV. Uma das reportagens do *Correio Braziliense* afirma: "Seios, coxas e traseiros femininos se tornaram munição obsoleta na guerra pela audiência travada

entre Globo e SBT todas as tardes de domingo. Para manter a liderança, os produtores do *Domingão do Faustão* e do *Domingo Legal* perdem de vez o bom senso e apelam cada vez mais para o bizarro".

Jefferson Peres (PSDB-AM), em aparte, ponderou que "ninguém obviamente deseja a censura, uma coisa proibida pela Constituição. Mas a licenciosidade atual não pode continuar".

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) lembrou que em alguns estados da região Norte as crianças ficam ainda mais expostas a programas destinados a adultos. "No Acre, por exemplo, por causa da diferença de fuso horário, um programa que nas regiões litorâneas é apresentado às 22 horas lá vai ao ar às 20 horas locais", assinalou.



Josaphat Marinho

Josaphat quer anulação de ato contra servidor

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) cobrou ontem do governo ato regular suspendendo dois cargos circulares da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério da Administração sobre redução de vencimentos e proventos de servidores públicos, sobretudo das universidades federais. Segundo o senador, o governo suspendeu os dois cargos, mas não publicou essa decisão, o que significa que a redução dos vencimentos dos funcionários poderá ocorrer a qualquer tempo.

Josaphat Marinho disse que os atos contidos nos ofícios são lesivos aos direitos dos professores, e continuam passíveis de ser adotados. Cabe ao governo torná-los sem efeito, acenou. "O que não se justificava é que os atos estejam publicados, não sejam cumpridos e não sejam declarados sem efeito, o que pode causar a surpresa de, depois das eleições, serem colocados em execução", advertiu.

O senador disse que aquilo que, no passado, a administração concedeu, por interpretação das leis vigentes à época, incorporou-se ao patrimônio dos servidores, em atividade ou aposentados. Os atos dos ofícios são, portanto, ilegítimos, porque "as incorporações tornaram-se um direito adquirido dos funcionários, que não pode ser revogado por nova interpretação administrativa".

Suassuna critica atraso no Código Civil

"Não é possível que um projeto possa demorar 21 anos para ser aprovado no Congresso, como é o caso do projeto de reforma do Código Civil", afirmou ontem o senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Ele lembrou que o código atualmente em vigor foi escrito em 1916 e que há muito tempo já deveria ter sido modificado.

- A sociedade mudou e a legislação continua obsoleta, sem ter acompanhado essas mudanças - disse Suassuna.

Segundo o senador, o Brasil tem enfrentado uma onda crescente e avassaladora de violência, que vem atingindo não só grandes centros urbanos, mas também as pequenas cidades brasileiras.

- Um dos motivos dessa situação é a certeza de impunidade



Ney Suassuna

dos bandidos. As penas atuais são insignificantes em relação aos crimes correntes, e se fossem alongadas os criminosos pensariam duas vezes antes de cometer um delito - concluiu.

Suassuna reafirmou a importância de o Senado discutir os dois projetos de lei de sua autoria prevendo penas maiores para o porte ilegal de armas e estabelecendo a responsabilidade criminal a partir de 16 anos de idade, além de estender aos pais

a culpa pelos crimes dos menores infratores.

O senador destacou ainda a deficiência do sistema carcerário no País. Ele informou que cada preso custa ao Estado quatro salários mínimos por mês, a seu ver, uma despesa muito elevada.

Suassuna considerou hipócritas as manifestações contrárias à sua proposta de convênios interestaduais para a troca de presos. Ele disse que essa providência acabaria com situações como as que ocorrem no Rio, em que um preso comanda sua quadrilha da prisão com um celular e ainda tem o alibi de estar preso.

O senador paraibano foi apartado pelos senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Bernardo Cabral (PFL-AM), que o apoiaram em seu discurso.



Silva Júnior

Federalismo solidário é luta do novo senador

Em razão do afastamento do senador Ronaldo Cunha Lima, tomou posse ontem o suplente Silva Júnior (PMDB-PB), anunciando que dedicará seus esforços na luta pela defesa "do federalismo solidário e do soerguimento da economia".

O novo senador afirmou que a Paraíba, "em reconhecimento à política de equilíbrio que os governos do PMDB ali conduziram nos últimos cinco anos", deve merecer atenção especial do governo no que diz respeito a investimentos nacionais ou estrangeiros.

Silva Júnior entende que a Paraíba, hoje, é um estado viável, com todas as condições de governabilidade, e como tal deve ser vista pela União. Ele prometeu integrar-se entre os que se preocupam com projetos fundamentais à modernização do País.

Para o senador, a economia nacional vive um cenário propício ao crescimento, mas há questões que exigem atenção especial, como os desequilíbrios regionais, a política fundiária e a gestão pública.

Comissão de Orçamento inicia reuniões na segunda

Será em Manaus o primeiro dos cinco encontros regionais destinados a aperfeiçoar o processo orçamentário

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), relator-geral da proposta orçamentária para 1997, anunciou ontem que nesta segunda-feira (dia 16) a Comissão Mista de Orçamento realizará em Manaus - região Norte - a primeira das cinco reuniões regionais a serem promovidas pela comissão do Congresso até o final deste mês.

As reuniões regionais fazem parte de proposta acolhida pela comissão mista no sentido de estabelecer mecanismos de aperfeiçoamento do processo orçamentário, com ênfase na sua abertura e transparência para a sociedade, explicou



Carlos Bezerra

o relator-geral.

Após a abertura da reunião em Manaus, que será feita pelo governador Amazonino Mendes, o presidente da comissão, deputado José Sarney Filho (PFL-MA), fará uma exposição sobre o processo de montagem do Orça-

mento da União, desde a elaboração do projeto pelo Executivo até sua aprovação pelo Congresso. Em seguida, os números gerais do Orçamento para 97 serão apresentados pelo senador Carlos Bezerra. Ele deverá destacar os investimentos federais diretos na região Norte.

De acordo com o calendário aprovado pela Comissão de Orçamento, as demais reuniões regionais obedecerão ao seguinte cronograma: Centro-Oeste - Cuiabá, dia 17; Nordeste - São Luís, dia 18; Sudeste - Belo Horizonte, dia 23; e Sul - Porto Alegre, dia 24.

Investimentos produtivos serão prioridade no PPA, diz Kandir

A retomada dos investimentos produtivos - cerca de R\$ 22 bilhões - e a deflagração de uma nova fase sustentada de desenvolvimento como resultado da estabilidade dos preços são "as premissas" do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) para o período 96/99, segundo informou ontem o ministro do Planejamento, Antonio Kandir,

durante audiência pública na Comissão Mista de Orçamento.

Kandir esclareceu aos deputados e senadores da comissão que o PPA está voltado para o investimento em infra-estrutura econômica e a capacitação de recursos humanos. O ministro assegurou que o plano terá "um incontestável caráter social".

O senador Carlos Bezerra,

relator-geral do projeto de Orçamento para 97, criticou o fato de que, de acordo com o PPA, 25% da arrecadação da CPMF serão usados no serviço da dívida e questionou a destinação de R\$ 25,2 bilhões para despesas com juros. Ele entende que estes valores representam "uma fatura demasiadamente cara para o plano de estabilização".

AS SESSÕES DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FORAM PRESIDIDAS PELOS SENADORES JOSÉ SARNEY, JÚLIO CAMPOS, ODACIR SOARES, RENAN CALHEIROS, TEOTONIO VILELA FILHO, NEY SUASSUNA, LÚCIO ALCÂNTARA, VALMIR CAMPELO E EMÍLIA FERNANDES

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciela da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Manceuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Mírcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varella e Lindolfo Amaral

■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal